

# Condições dos vínculos de trabalho de professores de educação especial dos municípios do interior da Bahia

Conditions of working links of special education teachers of municipalities in the interior of Bahia

**Osni Oliveira Noberto da Silva**

**Como citar esse artigo.** DA SILVA, OON. Condições dos vínculos de trabalho de professores de educação especial dos municípios do interior da Bahia. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 2, p. 49-58, mai./ago. 2025.



## Resumo

O objetivo deste artigo foi descrever as condições contratuais do trabalho dos professores de Educação Especial de municípios do interior do estado da Bahia. A coleta dos dados foi obtida através de um questionário de perguntas fechadas. O local onde a pesquisa foi realizada foram em nove municípios. Os sujeitos participantes foram 36 docentes que aceitaram participar da pesquisa. Resumindo os achados da categoria das condições contratuais, foi possível observar que os docentes de Educação Especial possuem de 21 a 25 anos de tempo de trabalho na educação básica, mas apenas de 1 a 3 anos na Educação Especial; são majoritariamente concursados e possuem planos de cargos e salários que valorizam a titulação como elemento para promoção; são filiados a sindicatos, mas o consideram pouco satisfatórios; apesar disso se sentem satisfeitos com a carreira.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Condições de trabalho docente; Neoliberalismo.

**Nota da Editora.** Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

## Abstract

The aim of this article was to describe the contractual working conditions of the work of Special Education teachers from municipalities in the interior of the state of Bahia. Data collection was obtained through a closed-question questionnaire. The place where the research was carried out was in nine municipalities. The participating subjects were 36 professors who agreed to participate in the research. Summarizing the findings in the category of contractual conditions, it was possible to observe that Special Education teachers have 21 to 25 years of working time in basic education, but only 1 to 3 years in Special Education; they are mostly public exams and have job and salary plans that value the degree as an element for promotion; they are affiliated with unions but find it unsatisfactory; nevertheless, they feel satisfied with their career.

**Keywords:** Special education; Teaching working conditions; Neoliberalism.

---

Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEBA). Líder do Grupo de estudos, pesquisa e extensão em Educação Especial e Educação Física adaptada (GEPEFA), Salvador, BA, Brasil.

E-mail de correspondência: onoberto@uneb.br

Recebido em: 10/12/2024. Aceito em: 27/05/2025.

## Introdução

Este texto é parte integrante de pesquisa a nível de Doutorado produzida na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), financiada com bolsa através do Programa de Apoio à Capacitação de Docentes da Universidade do Estado da Bahia (PAC-DT/UNEB).

O tema tratado diz respeito as condições de trabalho dos professores, haja vista as políticas públicas de cunho liberal absorvida por muitos dos governos nacionais atualmente, que entendem que muitos dos direitos sociais, tais como a educação pública, são apenas custo. Assim, dentro dessa lógica, os governos vêm gradativamente buscando a diminuição desse “custo” para os orçamentos, o que invariavelmente acaba atacando frontalmente os direitos dos professores e influencia negativamente em suas condições de trabalho.

Isso se reflete diretamente nos direitos trabalhistas e nas condições de trabalho docente, materializados pelo aumento excessivo da carga horária, ampliação do número de alunos em sala de aula, cortes em direitos como afastamentos, licenças para aprimoramento profissional, além de achatamento de salário e da substituição gradativa de concursos por contratos de trabalho altamente precarizados, como explicado por Tostes (2018):

A isto se somam o aumento dos contratos temporários e a perda de garantias trabalhistas; falta de preparo durante a formação; dificuldades na relação com alunos e pais, diante das fragilidades da escola; exigência de adoção de uma pedagogia que não corresponde ao modelo de escola instituído; cumprimento de várias jornadas em diferentes escolas, sobrecarga advinda da assunção de tarefas como preenchimento de relatórios, cálculo de notas e anotações de frequência (Tostes, 2018, pág. 89).

Ainda que já existam uma grande quantidade de estudos sobre as condições de trabalho dos professores (Silva, 2013; Gomes et al, 2015; Haudarou et al, 2015; Jacomini; Penna, 2015; Mororó; Couto, 2015; Souza; Sousa, 2015; Santos, 2017; Araújo, 2017; Silva; Miranda; Bordas, 2018; Lamim; Nascimento; Cordeiro, 2020; Araújo et al, 2020), observa-se que ainda é escasso o foco nas condições de trabalho dos docentes que atuam na Educação Especial com alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Segundo Silva (2017):

Boas condições de trabalho para os professores são as que oferecem a condição de efetivos e não de designados, ou de contratos temporários, pois é necessário garantir uma estabilidade no serviço. São aquelas que oferecem um salário digno com o piso salarial garantido, para que não seja necessário que o professor trabalhe em mais de uma escola ou exerça outra atividade profissional, seja fixa ou temporária, e assim assegurar uma jornada de trabalho justa e adequada. Os professores têm vivido uma situação de iniquidade salarial que praticamente os obriga a trabalhar em outros lugares ou em outras escolas. Essas boas condições também estão relacionadas a ter uma boa infraestrutura da escola, recursos e material didático para realização das atividades. (SILVA, 2017, pág. 39).

Desta maneira, o objetivo deste artigo foi descrever as condições contratuais e jurídicas do trabalho dos professores de Educação Especial de alguns municípios do interior do estado da Bahia.

## Condições de trabalho: conceitos

A título de contextualização acerca dos conceitos discutidos nesse artigo, Oliveira e Assunção (2010)

explicam que as condições de trabalho podem ser compreendidas como uma série de condicionantes que garantem que um trabalhador possa executar sua atividade laboral de forma satisfatória.

É importante compreender que o trabalho humano está diretamente relacionado ao sustento do trabalhador e de sua família, mas também é parte inerente a sua vida, influenciando diretamente sua condição financeira, social, saúde, familiar etc. Desta maneira, as melhores condições de trabalho estão ligadas a melhores condições de vida, como explicado por Marx (1996):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva (Marx, 1996, p. 297-298).

O tema das condições de trabalho vem ganhando notoriedade, por conta das alterações nas relações trabalhistas que vem ocorrendo gradativamente através das políticas de cunho neoliberal, que submete o trabalho humano a lógica do capital, onde a busca desenfreada pelo lucro acaba por atacar diretamente a qualidade das condições do trabalhador. Em outras palavras, a perda dos direitos trabalhistas historicamente conquistados serve para aumentar o lucro daqueles que detém o controle dos meios de produção (Oliveira; Assunção, 2010).

No caso da educação, o ataque aos direitos trabalhistas dos professores é constante, tanto em pesquisas desenvolvidas no Brasil quanto em estudos de vários outros países do mundo (Unesco, 2005; Hirsch et al, 2007; Galgózzi; Glassner, 2008; Boukou, 2017; Toh, 2017).

Entendendo que uma educação de qualidade é item essencial para o desenvolvimento social e consequentemente o incremento tecnológico e econômico de qualquer nação, é inegável que precise existir condições de trabalho favoráveis ao trabalho dos docentes. Porém, em um país em que as políticas públicas são produzidas dentro da lógica do neoliberalismo, a educação como um direito passa a ser mero produto que pode ser negociado de acordo com a lógica do mercado.

## Metodologia

Em relação a classificação da pesquisa ela é de natureza quantitativa, também caracterizada como um estudo de campo e quanto ao objetivo, é enquadrada como exploratória (Gil, 2010).

A coleta dos dados foi obtida através de um questionário de perguntas fechadas e de múltipla escolha aplicado aos professores participantes. A vantagem desse instrumento reside no fato, entre outras coisas, de ser possível a sua aplicação para uma grande quantidade de alunos (Gil, 2010).

As perguntas visam contemplar uma das quatro categorias apresentadas por Borges et al (2015), que constituem as condições de trabalho, no caso as condições contratuais e jurídicas que tratam sobre aspectos referentes a valorização do trabalho docente no que diz respeito a estabilidade do emprego, plano de carreira, salário entre outros.

O local onde o estudo foi desenvolvido foram os nove municípios (Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova) integrantes do território de identidade<sup>1</sup> conhecido como Piemonte da Diamantina, estado da Bahia que somam aproximadamente 270 mil habitantes (IBGE, 2019).

Os sujeitos participantes foram selecionados a partir dos dados obtidos nas Secretarias de Educação dos respectivos municípios, onde foi constatado que 45 docentes atuavam com Educação Especial nas escolas dos municípios da região do Piemonte da Diamantina, sendo que 36 aceitaram participar da pesquisa, o que corresponde a 80% do universo de sujeitos.

No que diz respeito a análise dos dados, as respostas obtidas através dos questionários foram tabuladas, categorizadas estatisticamente e todo o processo de apreensão dos significados dos dados seguiu os princípios da não-neutralidade, da historicidade do conhecimento, levando em consideração as contradições do sistema capitalista, além de estabelecer nexos e paralelos entre os dados coletados e o referencial teórico.

O estudo levou em consideração os aspectos éticos referentes a pesquisa com seres humanos, o que inclui o uso do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) apresentado aos docentes, com as respectivas supressões de suas identidades, além da aprovação do projeto ao qual este artigo deriva, no comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), através do parecer nº 2535.689.

## Análise e discussão dos dados

Neste tópico são apresentados os achados do estudo. Em relação ao tempo de exercício da docência que os professores de Educação Especial têm na educação básica, os dados coletados demonstraram que 40% dos docentes têm entre 21 e 25 anos de carreira, 14% possuem entre 11 e 15 anos, 12% entre 1 e 5 anos, outros 12% têm entre 6 e 10 anos, 11% têm entre 16 e 20 anos e 11% possuem acima de 25 anos de carreira. Os dados permitem inferir que a maioria dos docentes (62%) possuem acima de 15 anos de carreira na docência.

Porém, quando é analisado o tempo de trabalho dos professores na Educação Especial, observamos que há uma inversão entre os tempos de docência, pois 47% dos professores possuem de 1 a 3 anos atuando com Educação Especial, 28% têm entre 4 e 6 anos, 19% possuem entre 7 e 10 anos e apenas 6% têm acima de 10 anos de atuação na Educação Especial. Isso indica que professores com bastante tempo de carreira no magistério é que ocuparam os cargos de professor de Educação Especial.

É admissível fazer uma análise paralela com o estudo de Silva (2011) com dez docentes de Educação Especial da região administrativa de Santa Maria, do Distrito Federal, que notou que 30% dos professores afirmaram ter entre 1 e 5 anos de atuação na Educação básica, 30% contaram ter de 6 a 10 anos, 30% disseram ter entre 16 e 25 anos e apenas 10% têm entre 11 e 15 anos. Porém, 40% destes mesmos docentes afirmaram ter de 1 a 3 anos de atuação na Educação Especial, 40% afirmaram ter entre 4 e 6 anos e 20% falaram ter mais de 6 anos de atuação na área de Educação Especial.

Situação análoga acontece também no estudo de Brito et al (2014), desenvolvido com 30 docentes de Educação Especial de Teresina, estado do Piauí, verificou que 62% possuem de 2 a 3 anos de atuação, 17% têm de 3 a 4 anos, 14% de 5 a 6 anos e 7% possuem até 1 ano de atuação na Educação Especial. Contudo observa-se que 38% desses mesmos docentes possuem de 11 a 15 anos de atuação na educação básica, 29% possuem até 5 anos de docência, 19% tem de 6 a 10 e 14% possuem mais de 15 anos de trabalho docente.

<sup>2</sup> Segundo a Lei Estadual nº 13.214 do Estado da Bahia, o Território de Identidade é compreendido como “a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia” (Bahia, 2014).

Observa-se que os achados de ambos as pesquisas oferecem algumas semelhanças com os dados apresentados neste artigo, sobretudo quando se observa a inversão entre o trabalho docente na Educação Básica e na Educação Especial. É possível deduzir então, baseado nos estudos apresentados, que o trabalho com alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, estão sendo ocupados majoritariamente por docentes com vários anos de carreira, sendo alguns já perto de se aposentar.

Sobre a situação contratual dos professores de Educação Especial, no que diz respeito ao tipo de vínculo de trabalho que possui com o seu respectivo município, foi possível observar que a maior parte dos professores são concursados nos respectivos municípios, correspondendo a 89%. Já 5% afirmaram trabalhar como prestadores de serviços para as respectivas prefeituras, 3% disseram ter contrato do tipo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e 3% trabalham na Educação Especial com carteira assinada. É importante deixar claro que nenhum dos professores concursados foram aprovados para atuar na Educação Especial.

Esses dados se aproximam aos achados de Cardoso e Tartuci (2013) que fizeram uma pesquisa com 30 docentes de Educação Especial do município de Catalão, estado de Goiás, e descobriram que em maior parte os professores são efetivos.

Além disso, a pesquisa de Mauch e Santana (2016), em um estudo financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que avaliou experiências inclusivas em vários municípios do Brasil, pode observar que a partir das políticas de inclusão municipais, ocorreu gradualmente uma valorização dos professores de Educação Especial, onde era dominante o vínculo trabalhista de caráter provisório e consequentemente precarizado do ponto de vista dos direitos, mas que gradualmente estão sendo trocados por trabalhadores com vínculos permanentes. E ainda de acordo com os autores:

É interessante ressaltar a institucionalização pela qual passaram e vêm passando as redes: contratações temporárias, realocações e parcerias externas para o provimento de profissionais vem diminuindo, ao passo que concursos e processos seletivos têm ganhado espaço na gestão dos recursos humanos para a educação inclusiva. O ingresso para a maioria dos cargos relativos à educação inclusiva nos municípios pesquisados acontece por meio de concursos públicos, com algumas exceções para os cargos de cuidador (e suas diferentes nomenclaturas) e para os estagiários (função temporária por definição, para a qual não cabe concurso público), que são contratados em função da demanda (...) e para os intérpretes e instrutores de Libras, em função da presença de alunos com surdez e/ou deficiência auditiva matriculados nas escolas regulares e no AEE (Mauch; Santana, 2016, p. 52).

Assim, os dados levantados parecem estar muito mais favoráveis do que aqueles contidos no Censo Escolar que indicavam, no ano de 2014, que cerca de 29% dos professores do Brasil, de todas as etapas da Educação Básica, possuem contrato temporário (Brasil, 2017).

Isso evidencia que a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, não está sendo completamente respeitada, já que traz a valorização dos profissionais da educação como um elemento essencial, perpassando, inclusive, pelo artigo 206 da mesma Lei, que reafirma a importância do ingresso na carreira docente no serviço público através de concurso de provas e títulos, além da garantia de um plano de carreira. De acordo com Oliveira (2004), a não existência de planos de cargos e salários se apresenta com um dos principais sinais de precariedade das condições de trabalho dos professores. E ainda segundo a autora:

Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O

aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (Oliveira, 2004, p. 1140).

Foi questionada também aos sujeitos participantes, a informação do percentual de docentes de Educação Especial que são contemplados com algum tipo de plano de cargos e salários. Os resultados indicaram que 92% dos professores disseram possuir algum tipo de plano de cargos e salários contra apenas 3% que afirmaram não possuir.

Em seguida foi indagado aos docentes que possuem planos de cargos e salários quais são os elementos mais valorizados para promoções e progressões em seus respectivos concursos. Os dados levantados comprovam que 47% dos professores acreditam que a titulação é o elemento mais valorizados nas promoções dos planos de cargos e salários, seguido do tempo de serviço, citado por 45% docentes. Já a avaliação de desempenho e o uso de provas realizados pelas respectivas secretarias de educação são lembrados, cada uma, por 4% dos sujeitos.

Gutierrez et al (2013) realizaram uma pesquisa em 12 estados do Brasil, onde evidenciaram que o tempo de serviço é um dos critérios para progressão e promoções nas capitais dos estados investigados. Além disso, a avaliação de desempenho é um critério presente em 83,3% dos planos de carreira dos estados e em 75% dos planos de carreira dos municípios e a formação continuada é prevista em 25% dos planos de carreira estaduais e em 33,3% dos planos municipais. De acordo com Jacomini e Penna (2016), essa situação gera problemas que atrapalham a promoção dos docentes pois:

Esses três critérios limitam a possibilidade de progressão por condições alheias ao trabalho docente, pois, mesmo cumprindo os critérios requeridos para progredir na carreira, independentemente de quais sejam, ela está condicionada a decisões governamentais que podem atrasar ou mesmo impedir o previsto nos planos. (Jacomini; Penna, 2016, p. 191).

Segundo Jacomini e Penna (2016), fazendo considerações à pesquisa de Guterreze e seus colaboradores (2013), observaram que 24 planos de carreira docente de 12 estados brasileiros apresentam uma gama de dificuldades no sentido de impedir as promoções por causa de questões orçamentárias. E ainda segundo os autores:

(...) verificou-se a quase totalidade dos planos de carreira analisados contemplam licença com ou sem remuneração para atividades de formação continuada. Contudo, há uma série de condicionantes para a liberação do professor para a realização de curso de pós-graduação stricto sensu, por exemplo. Esses condicionantes têm servido, muitas vezes, para as secretarias de educação negarem os pedidos, recaindo sobre o professor a difícil tarefa de continuar os estudos sem afastamento das atividades profissionais. (Jacomini; Penna, 2016, p. 195).

Assim, é imprescindível a existência de uma maior organização dos professores para mobilização e luta para manutenção e conquista de direitos. Assim, os sindicatos da categoria são as principais instituições para o enfrentamento destes conflitos entre patrão - empregado.

Foi indagado também aos docentes de Educação Especial se eles são filiados a sindicatos da

categoria. Os dados levantados demonstram que 78% dos professores são filiados a sindicatos docentes e 22% afirmaram que não são filiados. Entretanto, é importante esclarecer que nesses municípios ainda não existem sindicatos específicos de professores de Educação Especial.

Dos docentes que são filiados ao sindicato, 34% deles acreditam que a atuação de seu sindicato é pouco satisfatória, 30% afirmam que a atuação sindical é satisfatória, 15% se disseram indiferentes a atuação do sindicato, 12% se sentem satisfatórios em relação a atuação de seu sindicato e 9% acham que a atuação é insatisfatória. De forma resumida. 42% dos professores estão satisfeitos com a atuação de seu sindicato.

Os achados são muito próximos aos dados levantados no estudo de Araújo (2016) sobre os professores do município de Serrrolândia/BA, indicando que 74% deles são filiados, além dos dados coletados na pesquisa de Santos (2016), com docentes de Jacobina, também Bahia, que evidenciam que 79% são filiados. Por conta dos docentes de Educação Especial do Piemonte serem advindos de salas de aula da educação básica, os achados dos dois estudos não diferem muito dos dados do presente artigo.

Contudo, este não parece ser um padrão em todo o Brasil, pois segundo Oliveira e Vieira (2014), em uma pesquisa feita no estado de Pernambuco, 60% dos professores não são filiados a sindicatos, além do estudo de Duarte et al (2012), realizado em Minas Gerais, evidenciando que 65,3% dos professores não são filiados a sindicatos da categoria.

Apesar dessa pouca adesão notada nas pesquisas de outros estados, Pimentel et al (2018) confirmam a importância dos sindicatos, no que tange a luta por conquista e manutenção dos direitos sociais e trabalhistas conquistados historicamente:

Trabalhadores organizados constituem um contrapeso ao poder da riqueza e têm desempenhado um papel fundamental na criação de sociedades mais igualitárias e democráticas. Os sindicatos aumentam salários, direitos e proteções não apenas para os seus membros, mas também para todos os trabalhadores de uma sociedade. Infelizmente, o FMI vem observando uma tendência de queda nas taxas de densidade sindical em todo o mundo desde 2000. O FMI associa isso ao aumento da desigualdade. Esse problema vem se agravando em decorrência do uso mais intensivo da terceirização e de contratos temporários de curto prazo para minar direitos trabalhistas (Pimentel et al, 2018, p. 13).

De modo óbvio, existe uma relação muito próxima entre o nível de qualidade das condições de trabalho docente (incluindo aí o respeito aos planos de carreira) com a satisfação dos professores com a sua profissão. Assim, foi perguntado aos docentes qual o nível de satisfação acerca da sua carreira de professor de Educação Especial. Os dados levantados indicam que 89% dos docentes se consideram satisfeitos com a sua carreira docente, 8% se mostraram indiferentes e somente 3% disseram estar insatisfeitos.

Uma pesquisa feita pela Universidade de Chicago e divulgado pela revista Forbes elencou as 10 profissões consideradas as mais felizes do mundo, onde o cargo de professor de Educação Especial foi colocado na quinta colocação (Denning, 2011).

Larocca e Girardi (2011) pesquisaram a satisfação e motivação dos professores, com o uso de um questionário aplicado a 51 docentes de sete escolas da cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná. Os resultados indicaram que 73% dos professores estão satisfeitos com o próprio trabalho. Já 69% deles afirmam que frequentemente não se sentem valorizados. A valorização docente pelos alunos e até pelos familiares destes foram um elemento que motivou os professores, enquanto o baixo salário, a falta de apoio e falta de reconhecimento e diálogo com os colegas de trabalho foram pontuados como fatores de desmotivação.

Uma pesquisa de Moreira et al (2013), com 34 professores do ensino médio de escolas estaduais

da cidade de Aparecida de Goiânia/GO, acerca do grau de satisfação no que diz respeito aos salários, autonomia e quantidade e condições sociais e físicas do trabalho. Os resultados indicaram que 96% dos professores se consideram insatisfeitos com o próprio salário e apontaram ainda a falta de valorização como outro elemento de insatisfação. Apesar disso, 60% dos docentes se sentem realizados na profissão, muito pelo sentimento positivo que sentem ao lecionar. As autoras concluíram que apesar de problemas do salário, na autonomia docente e na segurança influenciarem negativamente na motivação profissional, no estudo, eles não foram determinantes para afetar a realização profissional.

## Considerações finais

Aqui retomamos o objetivo do presente artigo que foi descrever as condições contratuais e jurídicas do trabalho dos professores de Educação Especial dos municípios do Piemonte da Diamantina, estado da Bahia.

Resumindo os achados da categoria das condições contratuais jurídicas, a partir das respostas dos docentes, foi possível observar que os docentes de Educação Especial do Piemonte da Diamantina possuem de 21 a 25 anos de tempo de trabalho na educação básica, mas apenas de 1 a 3 anos na Educação Especial; são majoritariamente concursados e possuem planos de cargos e salários que valorizam a titulação como elemento para promoção; são filiados a sindicatos mas o consideram pouco satisfatórios; apesar disso se sentem satisfeitos com a carreira.

Com base na análise dos dados, algumas possibilidades podem ser exploradas para fortalecer a atuação dos docentes de Educação Especial no Piemonte da Diamantina. Em primeiro lugar, a oferta de cursos e especializações voltados para essa área pode ampliar a experiência e a qualificação dos profissionais, suprindo a lacuna entre a ampla vivência na educação básica e o tempo reduzido na Educação Especial. Além disso, o fortalecimento da atuação sindical também é uma possibilidade importante, incentivando o diálogo entre professores e representantes para identificar demandas e melhorar a representatividade.

Outro aspecto relevante seria o estímulo à pesquisa e à inovação, incentivando estudos que analisem o impacto da formação inicial e continuada e proponham melhorias nas políticas de valorização profissional. Por fim, ações de reconhecimento, como premiações, divulgação de boas práticas e eventos que reforcem a relevância dos docentes, podem contribuir para aumentar a motivação e o compromisso com a Educação Especial. Essas estratégias, de forma integrada, têm o potencial de qualificar o ensino e fortalecer a carreira docente na região.

Assim, é importante que outros estudos sejam produzidos acerca dessa temática tanto por pesquisadores das outras Universidades baianas quanto por estudiosos de outras Instituições de ensino superior do Brasil, focando em outros aspectos das condições de trabalho que não foram investigados nesse estudo.

## Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

## Referências

ARAÚJO, Carolina Maia de. **Condições de trabalho docente na educação básica: um estudo sobre a rede pública (zona urbana e rural) na cidade de Serrolândia-Bahia.** 2017. 163 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia. Jacobina.

ARAÚJO, Carolina Maia de; RAMOS, Michael Daian Pacheco; SILVA, Osni Oliveira Noberto da; SOUZA, Elizeu

Clementino de. Condições de trabalho docente: uma análise sobre a remuneração salarial e satisfação com a carreira. *Cenas Educacionais*, v. 3, p. e9907, 2 nov. 2020.

BOUKOU, Jean Claude. **Identites Professionnelles des Enseignant(e)s: Analyse des Situations et études comparatives entre le Congo-Brazzaville et le Congo-Kinshasa**. 2017. 338 p. Thèse (Doctorat en Sociologie du travail) Conservatoire National des Arts et Métiers. Paris.

BRASIL. Censo Escolar. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília: Inep, 2017.

BRITO, Aida Teresa dos Santos; LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes; FORTES, Maria Teresa Mendes. Perfil do professor do AEE que atua com alunos com autismo no município de Teresina. In: VI Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2014, São Carlos, SP. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Educação Especial**. Campinas: Galoa, 2014. v. 1. p. 1-25.

CARDOSO, Camila Rocha; TARTUCI, Dulcélia. O funcionamento do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais e a atuação docente. **Anais do VIII Encontro da associação brasileira de pesquisadores em Educação Especial**. Londrina – PR, 2013.

DENNING, Steve. **The Ten Happiest Jobs**. 12 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/stevedenning/2011/09/12/the-ten-happiest-jobs/>. Acessado em 09 de novembro de 2018

DUARTE. Adriana, MELO. Savana Diniz Gomes, OLIVEIRA. Dalila Andrade, VIEIRA. Lívia Fraga. **O trabalho docente na Educação Básica em Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

GALGÓCZI, Béla, GLASSNER, Vera. **Comparative study of teacher's pay in Europe**. EI/ETUCE, Bussels, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nayara Ribeiro Gomes, MEDEIROS, Adriana Mesquita de, TEIXEIRA, Letícia Caldas. Condições de trabalho em professores e relação com os sintomas vocais. **Anais do XXIII Congresso brasileiro e IX Congresso internacional de Fonoaudiologia**. Salvador. 2015.

HIRSCH, Eric, EMERICK, Scott, CHURCH, Keri, FULLER, Ed. **Teacher working conditions are student learning conditions: A report on the 2006 North Carolina Teacher Working Conditions Survey**. Chapel Hill, N.C.: Center for Teaching Quality. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Cidades**. Em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acessado em 15 de janeiro de 2019

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro.posições**. V. 27, N. 2 (80), maio/ago. 2016.

LAROCCA, Priscila, GIRARDI, Paula Giulce. Trabalho, satisfação e motivação docente: um estudo exploratório com professores da educação básica. In *Formação de professores e profissionalização docente: Actas do 10º Congresso Nacional de Educação - Educere*, PUC - Paraná, 7 – 10, novembro. 2011.

LAMIM, João Eduardo; NASCIMENTO, Sandro Everton; CORDEIRO, Edvando Santos. Condições do trabalho docente durante as aulas remotas: desafios educacionais pós-pandemia. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, v. 2, n. 2, p. 354-364, 31 dez. 2020.

MAUCH, Carla; SANTANA, Wagner. **Escola para todos: experiências de redes municipais na inclusão de alunos com deficiência, TEA, TGD e altas habilidades** – Brasília: UNESCO, 2016. 100 p.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Volume I. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomo I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MOREIRA, Verônica Martins, JESUS, Chelry Fernanda Alves de, PINHEIRO, Veralúcia. A valorização do professor: o desafio do reconhecimento. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, N.16; 2013.

MORORÓ, Leila Pio; COUTO, Maria Elizabete Souza. As condições de formação do professor-discente do PARFOR na Bahia. **Horizontes**, v. 33, n. 1, p. 29-38, jan/jun.2015

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Dec. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ávila. **Condições de trabalho docente**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade;

DUARTE, Adriana Maria Cancella; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

PIMENTEL, Diego Alejo Vásquez; AYMAR, Iñigo Macías; LAWSON, Max. Compensem o trabalho, não a riqueza. **Oxfam Internacional**, Oxford, 2018.

SANTOS. Jéssica Pinho dos Santos. **Condições de trabalho docente na educação básica: um estudo sobre a rede pública municipal da cidade de Jacobina-Bahia**. 2017. 140 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia. Jacobina.

SILVA, Fernanda Aparecida Oliveira. **As intercorrências da precarização do trabalho docente na saúde de professores do Ensino médio**. 2017. 68f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

SILVA, Margaret do Rosário. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. 55 p. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) Universidade de Brasília. Brasília – DF.

SILVA, Luciane Goulart da, SILVA, Marcelo Cozzensa da. Condições de trabalho e saúde de professores pré-escolares da rede pública de ensino de Pelotas, RS, Brasil. **Ciências & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, p. 3137-3146, nov. 2013.

SILVA, Osni Oliveira Noberto da; MIRANDA, Theresinha Guimarães; BORDAS, Miguel Angel Garcia. Atendimento educacional especializado, sala de recursos e tecnologias assistivas: a tríade da educação inclusiva. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unisul)**, v. 12, p. 267-281, 2018.

SOUZA, Elizeu Clementino de; SOUSA, Rosiane Costa de. Condições de trabalho docente, classes multisseriadas e narrativas de professoras no território do baixo sul baiano: significados e sentidos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 380-408, maio/ago. 2015.

TOH, Alain. Précarisation de la profession enseignante au primaire en Côte d'Ivoire. **Formation et profession**, 25(2), 20-34. 2017.

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan. 2018.

UNESCO. **Condiciones de trabajo y salud docente: estudos de casos em Argentina, Chile, Ecuador, México, Perú y Uruguay**. Santiago de Chile: UNESCO-OREALC, 2005.